



## Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.033859/2019-19

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação da Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC para a prestação de serviços de distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica do Ministério da Educação, em veículos da imprensa comercial (jornais de grande circulação com abrangência nacional, regional e/ou estadual).

1.2. São partes integrantes deste Projeto:

1.2.1. Encarte A - Tabelas de Preços dos Veículos de Comunicação (SEI 1929362).

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. A contratação da pessoa jurídica para a prestação de serviços de publicação de matérias e atos administrativos enquadra-se como serviço de caráter contínuo, e será realizada por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO com a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, com base no caput do Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.2. Os serviços a serem contratados são considerados de natureza contínua, cuja interrupção compromete a continuidade das atividades da administração tendo a necessidade de contratação deva se estender por mais de um exercício financeiro e continuamente.

2.3. A inviabilidade de competição decorre do inciso VII do art. 8º da Lei nº 11.652, de 07/04/2008, o qual dispõe que compete à Empresa Brasil de Comunicação - EBC "distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União", combinado com o § 3º do art. 9º do Decreto nº 6.555, de 08/09/2008, que estabelece:

"(...)

*A publicidade legal não enquadrada no Caput será distribuída pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC, nos termos do art. 8º, inciso VII da Lei nº 11.652, de 07/04/2008, observadas as instruções da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República".*

2.4. O inciso II do § 2º do art. 8º da Lei 11.652, de 07/04/2008, corrobora as afirmações acima ao determinar que "É dispensada a licitação para a contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, com vistas na realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado".

2.5. Aplica-se ainda a Portaria nº 1.478, de 27 de novembro de 2014, item LXII, que, considerando a recomendação do Tribunal de Contas da União - TCU constante do manual "Licitações e Contratos, Orientações Básicas" - 3ª Edição, sugere que o órgão ou entidade estabeleça em processo próprio quais são seus serviços contínuos.

**3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação justifica-se em virtude da necessidade de atender ao Ministério da Educação, órgão integrante do Sistema de Comunicação Social do Poder- Executivo Federal (SICOM), em razão da obrigatoriedade da publicação de avisos, balanços, relatórios e outros comunicados, que, por força de lei ou regulamento, requeiram publicidade e transparência dos atos administrativos, tendo em

vista que o Contrato nº 38/2015, firmado entre o MEC e a Empresa Brasil de Comunicação, encerrar-se-á no dia 10/06/2020 (Processo SEI 23000.001430/2015-39).

3.1.1. A Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC, por intermédio da Gerência de Publicidade, atua como uma agência de propaganda, distribuindo a publicidade legal em jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão e sítios na Internet, de acordo com a necessidade do cliente. A Gerência conta com profissionais de atendimento, mídia, diagramação e revisão, servidos por equipamentos de computação gráfica de última geração.

3.2. Além disso, a contratação justifica-se por apresentar as seguintes características:

3.2.1. Os preços apresentados pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC (Encarte A) para a Publicidade Legal são os praticados pelos veículos de comunicação, com descontos negociados, que valem igualmente para todos os anunciantes da Administração Pública Federal, independentemente do cliente, tamanho e volume dos anúncios;

3.2.2. A EBC não cobra pelos serviços de produção, diagramação e revisão dos anúncios. Sua única remuneração corresponde a 20% do preço final cobrado pelos veículos de comunicação, a título de comissão de intermediação da publicação.

3.3. Ao utilizar os serviços prestados pela Gerência de Publicidade, o anunciante passa a contar com uma estrutura profissional e tecnológica qualificada que proporciona algumas vantagens, entre elas:

3.3.1. Preços mais vantajosos do que os oferecidos pela média do mercado;

3.3.2. Padronização visual das publicações, conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal;

3.3.3. Apoio técnico e qualificado, em todas as fases: contratação, publicação e faturamento;

3.3.4. Atualização constante do parque tecnológico com equipamentos de última geração;

3.3.5. Estudos de mídia técnica que embasam a decisão do cliente na escolha do veículo mais adequado;

3.3.6. Isenção de custos adicionais para a produção, diagramação e revisão dos textos.

#### 4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1. A Empresa Brasil de Comunicação — EBC será responsável pela distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse do Ministério da Educação.

4.2. As matérias para veiculação, cujo teor é de responsabilidade do Ministério da Educação, serão remetidas à EBC pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/SAA, em texto definitivo, em cuja elaboração serão obedecidas as normas de composição e diagramação estabelecidas no Manual de Uso da Marca do Governo Federal e de Padronização da Publicidade Legal, conforme Instrução Normativa SECOM/PR nº 2, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM. Excepcionalmente, considerando casos eventuais solicitados pelo Ministério da Educação, a critério da Gerência de Publicidade, poderá ser modificado o padrão do referido Manual pela EBC.

4.2.1. As matérias serão remetidas à Gerência de Publicidade pelo portal eletrônico [publicidadelegal.ebc.com.br](http://publicidadelegal.ebc.com.br).

4.2.1.1. O acesso ao Portal da Publicidade Legal será mediante uso de senha de usuário, previamente cadastrado pela EBC no e-mail [sepub@ebc.com.br](mailto:sepub@ebc.com.br).

4.2.2. A Contratada encaminhará à Contratante planilha de custos e arte final, referente à matéria previamente enviada, que deverá ser autorizada no portal eletrônico [publicidadelegal.ebc.com.br](http://publicidadelegal.ebc.com.br).

4.3. Cabe ao Ministério da Educação definir o jornal de circulação onde se dará a publicação.

4.4. No caso de haver incorreções ou divergências nas publicações, desde que ao MEC não caiba responsabilidade, o fato será comunicado à Empresa Brasil de Comunicação - EBC para que adote

as providências de republicação, não decorrendo qualquer ônus para o MEC e prejuízo à liquidez, certeza e exigibilidade do faturamento decorrente da incorreta publicação.

4.5. Os serviços serão aceitos definitivamente, mediante atesto na Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato; somente quando a publicação dos atos e matérias estiver de acordo com o solicitado.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Segundo consta dos Estudos Preliminares, os Requisitos da Contratação abrangem os seguintes aspectos:

5.1.1. A contratação deverá recair sobre empresa de exclusiva especialização, prestadora de serviços técnicos de caráter singular;

5.1.2. A Empresa Brasil de Comunicações - EBC possui, por força de lei, a competência exclusiva para a execução dos serviços constantes do presente Projeto Básico, conforme determina o inciso VII do artigo 8º da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008:

Art. 8º Compete à EBC:

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União.

5.2. Dessa forma, diante da absoluta inviabilidade de competição, deverá ser contratada para a execução dos serviços, objeto do presente Projeto Básico, conforme preconizado no Caput do art. 25º da 8.666/93:

É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

5.3. Dispensada a ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, em razão de se tratar de contratação por inexigibilidade de licitação e, recaindo a escolha sobre empresa pública com competência exclusiva, ocorrendo, assim a inviabilidade de competição.

## 6. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. A seleção do fornecedor será mediante a estrita observância da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que já determina em seu art. 8º a competência exclusiva de empresa pública para a prestação de serviços dessa natureza, a exemplo da contratação anterior, como a do Contrato em andamento, cuja vigência expira em 10/06/2020 (Processo SEI 23000.001430/2015-39).

## 7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Para a presente contratação não serão adotados critérios de seleção do fornecedor por se tratar de inexigibilidade de licitação objetivando a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados e de caráter singular com exclusiva especialização, recaindo a escolha sobre a única empresa disponível no mercado que dispõe de competência exclusiva para a execução dos serviços ora propostos.

## 8. ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS E QUANTITATIVO

8.1. A estimativa de preços das publicações praticadas pelos veículos de comunicação do País é baseada na tabela de preços das mídias que circulam a publicidade legal, tendo em vista que a EBC não pratica preços para a Administração Pública Federal, conforme declaração emitida (SEI 1994941).

8.2. Os valores cobrados são referentes aos das tabelas de preços dos veículos, Encarte "A - Tabelas de Preços dos Veículos de Comunicação" (SEI 1929362), e o desconto negociado com o Núcleo de Mídia da Secretaria de Comunicação da Presidência da República - SECOM para os órgãos do Governo Federal, sendo que, os cálculos são feitos com base em publicações de licitações para páginas de noticiário (indeterminadas) e dias úteis, e estes valores podem ser atualizados de acordo com nova tabela de preços e negociação.

8.3. Vale ressaltar que, a EBC obtém exclusividade na distribuição da publicidade legal, conforme declaração apresentada (SEI 1994920), sendo assim, a inexigibilidade tem respaldo legal e os preços praticados seguem as tabelas pré-definidas pela SECOM em subsidio à EBC.

8.4. Os Órgãos e Entidades que firmam contratos com a EBC não tem em seus contratos os valores de cada publicação, que estão vinculados, como citado acima, a tabela de preços das mídias, para comprovação foram anexadas aos autos os contratos dos seguintes órgãos:

ÓRGÃO	Nº SEI
Conselho Regional de Enfermagem - Corem/RJ	2001559
Conselho Regional de Enfermagem - Corem/MG	2001566
Fundação Alexandre Gusmão/DF	2001596
Universidade Federal do Triângulo Mineiro/MG	2001603

8.5. Os quantitativos previstos para esta contratação são em média de 60 publicações anuais com base no histórico dos últimos 3 (três) anos, bem como os demonstrados no Mapa Comparativo de Preços (SEI 2055333), que por vezes ocorre grande variação de um exercício para o outro.

## 9. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. O MEC deverá seguir a formatação de acordo com as normas para veiculação de matérias do poder executivo federal, sendo que o texto a ser publicado deverá ser encaminhado pelo setor requisitante da publicação.

## 10. DAS RESPONSABILIDADES DO(A) CONTRATANTE

10.1. Sem prejuízo de outras responsabilidades previstas neste Instrumento, compromete-se o(a) **CONTRATANTE** a:

- a) Encaminhar o material a ser veiculado, bem como autorizar que seja realizada a publicação, conforme dispõe a Cláusula Segunda deste Contrato;
- b) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados conforme o estabelecido neste Instrumento;
- c) Manter seus dados atualizados perante a **CONTRATADA**, para os fins deste Contrato;
- d) Garantir que todos os procedimentos que antecedem essa contratação por inexigibilidade foram adotados em processo interno específico, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/1993 e as orientações contidas no Parecer nº 041/2010/DECOR/CGU/AGU.

## 11. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. Sem prejuízo de outras responsabilidades previstas neste Instrumento, compromete-se a **CONTRATADA** a:

- a) Distribuir a publicidade legal impressa ou eletrônica, de interesse do(a) **CONTRATANTE**, na forma da Lei e da legislação aplicável, observadas as disposições deste Contrato, em especial aquelas constantes da Cláusula Segunda;
- b) Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- c) Manter seus dados atualizados perante o(a) **CONTRATANTE**, para os fins do Contrato.

## 12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão à conta do Orçamento da União dos exercícios de 2020/2021, consignados no PTRES: 169155, Plano Interno VMM11N0100N, Natureza da Despesa 33.91.39, no valor de R\$ 1.542.479,04 (um milhão, quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e nove reais e quatro centavos).

## 16. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento pela distribuição da publicidade legal estabelecida neste Instrumento será efetuado pelo(a) CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da entrega da Nota

Fiscal pela CONTRATADA.

16.2. A Nota Fiscal será emitida pela CONTRATADA e encaminhada ao(à) CONTRATANTE após o recebimento do faturamento emitido pelo veículo de comunicação no qual ocorreu a publicação, acompanhada de cópia do Pedido de Inserção - PI e dos comprovantes da referida publicação.

16.3. O(A) CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços executados, em nome da CONTRATADA, por meio de crédito na Conta Única do Tesouro Nacional, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU, conforme IN nº 02, de 22/05/2009, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

## **17. DOS PREÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE LEGAL E DO REAJUSTAMENTO DOS VALORES DAS PUBLICAÇÕES**

17.1. A CONTRATADA, na qualidade de Agência de Propaganda, certificada pelo CENP – Conselho Executivo das Normas-Padrão, não pratica preços de distribuição de publicidade legal, razão pela qual os preços informados ao(à) CONTRATANTE corresponderão aos das Tabelas de Preços dos veículos de comunicação, contemplando descontos negociados com os veículos de comunicação.

17.1.1. Os descontos mencionados no item 17.2 são negociados junto à Secretaria Especial de Comunicação Social, e repassados para os anunciantes que integram a Administração Federal.

17.2. Sempre que houver majoração nas Tabelas de Preços dos veículos de comunicação, ocorrerá o reajuste dos valores a serem pagos pelas publicações objeto deste Contrato, respeitada a legislação em vigor.

17.3. Caso o(a) CONTRATANTE obtenha preços mais vantajosos no mercado, será encaminhado à CONTRATADA o orçamento discriminativo obtido para que a CONTRATADA mantenha contato com o veículo de comunicação no sentido de fazer prevalecer o orçamento mais econômico.

17.3.1. A estimativa de preços referida no item 17.1 deverá consignar as mesmas condições apresentadas pela CONTRATADA: mesmo veículo de comunicação, dia, caderno, preços total e unitário, entre outros dados, com o mesmo nível de detalhamento, a fim de que possa ser validamente comparado com o orçamento apresentado pela CONTRATADA.

## **18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

18.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349, de 2010, a Lei nº 12.187/2009, a Lei nº 12.305/2010 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7.746/2012 e Decreto nº 7.746/2012:

18.1.1. A otimização de recursos materiais;

18.1.2. A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

18.1.3. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

18.1.4. Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

18.1.5. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

18.1.6. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

18.1.7. Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados:

- AZUL: papel/papelão;
- VERMELHO: plástico;

- VERDE: vidro;
- AMARELO: metal;
- PRETO: madeira;
- LARANJA: resíduos perigosos;
- BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;
- ROXO: resíduos radioativos;
- MARROM: resíduos orgânicos;
- CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

## **19. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

19.2. Por se tratar de contratação com outro órgão público não é pertinente a exigência de garantia contratual.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Pelo inadimplemento das responsabilidades previstas neste Contrato, garantida a prévia defesa e o contraditório, ambas as partes ficarão sujeitas à aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, no que couber.

20.2. No caso de multa, esta será aplicada à razão de até 10 % (dez por cento), incidente sobre o valor da(s) publicação(ões) envolvida(s) ou da obrigação inadimplida, de acordo com a gravidade da falta verificada.

20.3. Será concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação/notificação pela parte tida como inadimplente, para que esta se manifeste, para os fins do contraditório e ampla defesa.

20.3.1. Se o inadimplemento ocorrer por comprovado impedimento ou motivo de reconhecida força maior ou caso fortuito, devidamente justificado, não será aplicada sanção.

## **21. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.542.479,04 (um milhão, quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e nove reais e quatro centavos).

## **22. DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR**

22.1. A adequada consecução do contrato está relacionada com o acompanhamento de sua execução. O gestor de contrato tem a responsabilidade pelos seus resultados, devendo observar o cumprimento, pela contratada.

22.2. De acordo com o art. 66 da Lei nº 8.666/93 de Licitações e Contratos Administrativos, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas estabelecidas e as normas constantes da legislação, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

22.3. A seguir relacionamos as atribuições do gestor de contrato, de acordo com a natureza do objeto contratado:

- a) manter-se atualizado sobre todas as alterações (termos aditivos, apostilamento) dos contratos sob sua gestão;
- b) verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o exigido pela Administração;
- c) zelar para que o início da prestação de serviços e de seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;
- d) formalizar termo de recusa de recebimento dos serviços prestados com a verificação correspondente com as especificações das contidas na proposta apresentada pelo licitante;



- e) verificar se a prestação de serviços foi cumprida de acordo com as condições contratuais;
- f) emitir termos de recebimento provisório e definitivo, na forma prevista no contrato;
- g) informar ao superior imediato, com antecedência de 04 (quatro) meses, o término da garantia da licitante;
- h) comunicar à autoridade competente eventual atraso na execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;
- i) comunicar formalmente à autoridade competente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, na forma do § 2º do art. 67, da Lei 8666/93;
- j) conferir os valores constantes na nota fiscal com os da Nota de Empenho ou do instrumento contratual, bem como verificar a regularidade dos documentos que acompanham, obrigatoriamente, a Nota Fiscal, nos termos do contrato firmado;
- k) encaminhar à autoridade competente pedido de aditamento contratual, com vistas a acréscimos e/ou supressões (quantitativos e qualitativos), acompanhado das devidas justificativas;
- l) na hipótese de percepção prévia por parte do gestor acerca de provável impossibilidade de adimplemento do pactuado no prazo avençado e desde que tal fato possa decorrer de força maior, fato fortuito ou de fato da Administração, deverá o gestor diligenciar no sentido de instar a contratada a solicitar dilação do prazo contratual antes da expiração de sua vigência;
- m) informar à CGLC, nos autos da contratação, acerca do interesse na prorrogação, o que deverá ocorrer no prazo de 6 (seis) meses antes do término da vigência do contrato. A partir da provocação formal por parte do gestor, a CGLC deverá dar início às rotinas de estilo, visando ao aditamento;
- n) caberá ao gestor acompanhar a rotina de aditamento, na CGLC, de forma que, em se verificando que não seja vantajoso a prorrogação, deverá promover solicitação de nova contratação, no prazo mínimo de 5 (cinco) meses antes da data de expiração da vigência do termo pactuado;
- o) emitir as ordens de serviços, e
- p) Realizar avaliação da execução contratual semestralmente.

## 23. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1. Para realização das atividades de gestão e fiscalização da execução contratual, que são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto, sugerimos a designação dos servidores a seguir:

### 23.1.1. Gestão da Execução do Contrato:

- a) - Titular;
- b) - Substituto.

### 23.1.2. Fiscalização Técnica:

- a) - Titular;
- b) - Substituto.

### 23.1.3. Fiscalização Setorial:

23.1.3.1. [Gabinete do Ministro - GM:](#)

a) - Titular;

23.1.3.2. [Conselho Nacional de Educação - CNE:](#)

a) - Titular;

23.1.3.3. [Secretaria Executiva - SE:](#)

a) - Titular;

23.1.3.4. [Secretaria de Educação Básica - SEB:](#)

a) - Titulares:

23.1.3.5. [Secretaria de Alfabetização - SEALF:](#)

a) - Titulares:

23.1.3.6. [Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - SEMESP:](#)

a) - Titulares:

23.1.3.7. [Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC:](#)

a) - Titulares:

23.1.3.8. [Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior- SERES:](#)

a) - Titulares:

23.1.3.9. [Secretaria de Educação Superior - SESU:](#)

a) - Titulares:

## 24. **DA VIGÊNCIA**

24.1. O presente Instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

24.2. O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela autoridade que Instituiu a Equipe de Planejamento da Contratação (SEI 1829935 e 1829672).

Brasília-DF., 17 de março de 2010.

Jonh Faber Chaves Costa  
Matrícula 2397619

Michiele Moraes de Medeiros Delamôra  
Matrícula 1511733

Vania Maria Bezerra de Almeida  
Matrícula 1087741

Reynaldo Leone Durães de Jesus  
matrícula SIAPE 3148464

Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019, aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.

Cássia Maria de Souza Barreto  
Coordenadora-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Esrom Goncalves Rodrigues, Chefe de Divisão**, em 09/06/2020, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vania Maria Bezerra de Almeida, Servidor(a)**, em 10/06/2020, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Jonh Faber Chaves Costa, Servidor(a)**, em 10/06/2020, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Reynaldo Leone Duraes De Jesus, Chefe de Serviço**, em 10/06/2020, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Michiele Moraes de Medeiros Delamora, Servidor(a)**, em 10/06/2020, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Cassia Maria De Souza Barretto, Coordenador(a) Geral**, em 10/06/2020, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2098356** e o código CRC **198E3384**.